

Gestão Ambiental no Ensino de Administração das instituições de ensino superior da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)

Luciano Castro de Carvalho

FURB - Universidade
Regional de Blumenau
lucicar@gmail.com

Dra. Maria José C. de S.
Domingues

FURB - Universidade
Regional de Blumenau
mariadomingues@furb.br

Dra. Amélia Silveira

FURB - Universidade
Regional de Blumenau
Amélia@furb.br

RESUMO

A Gestão Ambiental é assunto relevante. O interesse pelo tema, e por problemas ambientais, se reflete na legislação que rege a Política de Meio Ambiente. A análise das práticas destas normas e leis no curso de graduação em Administração, no que se refere à formação de discentes e docentes, e no desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas esta temática, se constituiu no objetivo deste estudo. A pesquisa foi exploratória, com método qualitativo, nas 15 Instituições de Ensino Superior (IES) que integram o Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), sendo censitária. Os dados foram coletados por meio de entrevista, com os coordenadores dos cursos de administração destas IES, em junho de 2008. Os resultados mostram que oito IES oferecem disciplinas voltadas para a Gestão Ambiental, sendo que uma capacitou cinco professores para ministrar disciplina, conforme legislação. A conclusão é de que estas IES carecem de maior direcionamento para esta temática, o que pode acarretar deficiências na formação discente e docente, e em estudos e pesquisas. Os coordenadores de curso estão conscientizados da importância do assunto na formação do administrador.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental. Ensino de Administração. Interdisciplinaridade.

1. INTRODUÇÃO

Em poucos anos os valores ambientais presentes na sociedade sofreram modificações, e evoluíram de um interesse marginal para o topo das problemáticas. Tal evolução revela que o interesse pelas questões sociais quebra o paradigma de que a preocupação ambiental é exclusiva do Primeiro Mundo, indicando, por exemplo, que países como a Índia possuem mais interesse no meio ambiente que a Espanha. (CAJAZEIRA, 2008)

A temática ambiental teve seu marco internacional em 1972, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, contando com a participação de 113 países, inclusive o Brasil. Este evento ganhou destaque por ser considerado como uma ferramenta essencial ao combate da crise ambiental (SCHENINI, 2005).

Desta data em diante, percebe-se que a Gestão Ambiental tem recebido ênfase e importância na vida da sociedade. Sua importância aumenta por meio de ações de Organizações não Governamentais (ONGs), governo, universidades, empresas, enfim, na plenitude das instituições sociais.

Baseando-se em tal consideração, e levando em conta as questões ambientais (relações conflitantes entre a atividade humana e o ecossistema), verifica-se que este tema vem ganhando espaço também nas universidades e instituições de ensino superior (IES). De forma

mais específica, estas instituições, cumprindo seu papel social de refletir a realidade contextual, busca preparar capital humano qualificado nas diversas áreas do saber.

Atualmente, a Educação Ambiental deve constar nos currículos de todos os níveis de ensino e em programas direcionados à comunidade universitária, como elemento permanente e essencial da educação nacional conforme Política de Meio Ambiente, definida por meio da Lei 6.983/81 e da Lei 9.795, em seu Artigo 2º. De acordo com a Lei 9.795, mais especificamente, um dos princípios básicos da Educação Ambiental é o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinariedade. No artigo 11 desta mesma lei é definido que a dimensão ambiental deve constar dos currículos da formação dos professores, em todos os níveis e disciplinas.

Desta forma, os professores em atividade nas IES, devem receber formação complementar em sua área de atuação no intuito de atender aos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental. (Lei 9.795, Art. 11, parágrafo único).

A problemática é que, mesmo havendo toda uma evidente conscientização e legislação específica sobre o assunto, nem todas as IES se voltaram para este assunto. Até o momento, no nível superior de ensino, não se tem respostas que evidenciem a realidade da adoção desta temática nos currículos de graduação e na prática de ensino-aprendizagem, bem como iniciativas de formação complementar dos professores, de forma mais contínua e sistemática, sobre o assunto de Gestão Ambiental.

Isto posto, cabe ainda considerar que no curso de graduação em Administração, de maneira mais evidente, esta formação deve ser estimulada, considerando o papel do administrador na interação com as organizações e a sociedade.

Com este entendimento, cabe questionar: até que ponto as IES tem atendido aos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental, e têm dado importância e relevância às questões ecológicas no que tange a transmissão de conhecimentos relativos à Gestão Ambiental?

O estudo aqui desenvolvido buscou identificar nas IES que integram o Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), práticas que evidenciem a adoção das normas e leis da Política de Meio Ambiente, no que se refere à formação de alunos e de docentes, e no desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas a Gestão Ambiental, na formação do administrador.

O estudo justifica-se não apenas para comprovação do cumprimento da legislação em vigor, mas também pela urgência e importância que a questão ambiental vem despertando na sociedade em geral, uma vez que a crise ambiental que se observa não se encontra em caráter passageiro, mas em questões prioritárias para o futuro da humanidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A certificação dos impactos ambientais evidencia a capacitação prioritária de profissionais que assimilem as questões ambientais e a sua responsabilidade com o meio ambiente, como fator importante e necessário para o desenvolvimento do planeta. Segundo Pereira (2007), esta consciência se forma por um processo educativo lento e gradual, porém urgente e necessário.

A Educação Ambiental recebeu vários conceitos e fundamentações. O conceito melhor aceito internacionalmente foi o elaborado na Conferência de Tbilisi, em 1977, sendo este:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as

atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (DIAS, 1992, p83).

De acordo com Dias (1993), a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, mais conhecida como Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, celebrada de 14 a 26 de outubro de 1977, e organizada pela UNESCO, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), constituiu-se no marco mais importante da evolução da Educação Ambiental. Esta mesma Conferência estabeleceu objetivos que levariam os grupos sociais a uma maior participação, consciência, conhecimento e comprometimento com as questões ambientais por meio de indicativos metodológicos, tais como a busca pela interdisciplinaridade (do planejamento à execução), adequação a realidade, desenvolvimento de senso crítico, respeito à cultura dos envolvidos e garantia a inclusão.

Para Schenini (2005), a Educação Ambiental, dentre seus diversos aspectos, busca educar para preservar, e deve ser utilizada como ferramenta de acesso a uma maior conscientização das partes responsáveis pela sustentabilidade do planeta, tendo como consequência uma melhor qualidade de vida.

Schenini (2005) ainda afirma que a conscientização não deve ser apenas individual, mas sim coletiva, da mesma forma que o pensamento não deve ser local e sim global. Tal ampliação da consciência individual para coletiva não caracteriza uma perda da consciência individual, mas de certo, um adicional de valores e atitudes de união, solidariedade e cooperação, constituindo a consciência de integração entre ser humano/natureza como uma coisa só.

Neste contexto, a Educação Ambiental pode ser dividida em duas categorias: Formal e Não – Formal. A Educação Ambiental Formal é apresentada dentro dos limites escolares, em salas de aula, enquanto a Educação Ambiental Não-Formal é direcionada à sociedade em geral, com propostas voltadas a uma determinada comunidade, associações ou a funcionários de uma indústria ou ainda visitantes de um parque ambiental, que mesmo sendo apresentada fora do ambiente escolar, não se pode descaracterizar o seu aspecto educativo.

2.1. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O ser humano e o ambiente estão ligados de forma dinâmica favorecendo a transformação mútua. Vigostski (1991, apud OKAMOTO, 2002) pondera que “(...) o controle da natureza e o controle do comportamento estão mutuamente ligados, assim como a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem”. A interação homem/natureza gera o que é chamado de percepção ambiental, a qual indica como o indivíduo percebe o meio e a sua representatividade para o mesmo.

Segundo Dallacorte (2003), é possível pesquisar qual é a percepção que as pessoas têm do seu meio ambiente e de como as experiências e a cultura afetam essa percepção. Neste contexto, Zimmermann (1995, apud DALLACORTE, 2003) ressalta que este processo psicológico-ambiental envolve três elementos principais:

- a) Componente Cognitivo: são elementos informativos que dão subsídios ao indivíduo de analisar e avaliar em termos de opiniões, juízos e crenças, a qualidade de vida no seu entorno;
- b) Componente Afetivo: conjunto de sentimento e emoções que suscitam determinado entorno em termos de ser agradável ou desagradável, estético ou feio, atrativo ou repulsivo, aconchegante ou hospitaleiro, de preferido ou rechaçado.

- c) Componente Comportamental: conjunto de disposições que atuam positiva ou negativamente dentro e/ou frente a um ambiente físico e sócio-cultural determinado.

A interação com o meio proporciona ao ser humano experimentar sensações que são transmitidas pelos estímulos sensoriais, os quais são tratados e registrados em seu nível cognitivo, dando uma compreensão do ambiente e formando uma cognição ambiental (CASTELLO, 2001).

De acordo com Seiffert (2007), a percepção da problemática ambiental está ganhando dimensão ao longo das últimas décadas, levando o homem a repensar o seu modelo de crescimento econômico na tentativa de alinhá-lo ao ideal do desenvolvimento sustentável. Margaret (1992) entende desenvolvimento sustentável conforme definição adotada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED): “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades.”

Seiffert (2007) afirma que a necessidade de conciliar o crescimento e preservação ambiental, duas questões que antes eram tratadas separadamente, levou à criação e ao amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. A consciência de que é necessário utilizar com parcimônia os recursos naturais, uma vez que podem esgotar rapidamente, mobiliza a sociedade no sentido de se organizar para que o crescimento econômico não seja predatório, mas sim sustentável. Leff (2001) corrobora afirmando que a questão ambiental não possui uma ideologia neutra ou aquém aos problemas sociais e interesses econômicos.

Neste contexto, a percepção ambiental tem um papel importante para os programas de educação ambiental, uma vez que fornece dados de como as pessoas pensam e agem em relação ao ambiente.

Diante de tais considerações entende-se que a percepção ambiental dá suporte ou subsídios para a avaliação da Educação Ambiental, que embora seja difícil de mensurar, influencia na mudança de percepção ao longo do tempo.

2.2. PRINCÍPIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

A comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), em seu relatório de 1987, sob o título *Nosso Futuro Comum*, revelou a importância da preservação do ambiente na realização do desenvolvimento sustentável. Sob este prisma foi criada a Carta Empresarial, com 16 princípios relativos à gestão do ambiente. Andrade; Tachizawa e Carvalho (2000) apresentam estes princípios. Resumidamente, podem ser relatados como segue:

- a) Reconhecer a gestão ambiental como prioridade e como fator de desenvolvimento sustentável;
- b) Integrar plenamente, em cada organização, políticas e procedimentos como componente essencial de gestão;
- c) Aperfeiçoar continuamente as políticas e programas para o desempenho ambiental das organizações;
- d) Formar, treinar e motivar recursos humanos para desempenhar atividades de forma responsável diante do ambiente;
- e) Avaliação Prévia: analisar os impactos ambientais antes de iniciar os projetos e antes de desativar uma instalação ou abandonar um local;

- f) Desenvolver e fornecer produtos e serviços que não produzam impacto sobre o ambiente, que possam ser reciclados, reutilizados ou cuja disposição (deposição) final não seja perigosa;
- g) Aconselhar e propiciar a necessária formação aos consumidores, distribuidores e público quanto aos aspectos de segurança a considerar na utilização, transporte, armazenagem e disposição de produtos;
- h) Desenvolver, projetar e operar instalações com eficiência no consumo de energias e materiais, utilização sustentável de recursos renováveis, e minimização dos impactos ambientais adversos;
- i) Realizar ou patrocinar pesquisas ou investigações sobre os impactos ambientais;
- j) Fabricar, comercializar e utilizar produtos de forma preventiva a fim de evitar a degradação grave ou irreversível do ambiente;
- k) Exigir a melhoria de procedimentos de empreiteiros e fornecedores contratados que seja de acordo com os em vigor na organização;
- l) Estabelecer procedimentos para desenvolver e manter, em caso de emergência ou que haja risco significativo, controle aos impactos ambientais;
- m) Contribuir para a transferência da tecnologia e métodos de gestão que respeitem o ambiente;
- n) Fixar procedimentos para o desenvolvimento de políticas públicas, programas empresariais, governamentais e intergovernamentais, iniciativas educacionais que valorizem a consciência e a proteção ambiental;
- o) Abertura de diálogo com o pessoal da empresa e com o público, em antecipação e em resposta às respectivas preocupações quanto ao risco e aos impactos potenciais das atividades;
- p) Definir procedimentos para aferir o desempenho das ações sobre o ambiente (ANDRADE; TACHIZAWA e CARVALHO, 2000).

Com base nestes princípios, e com base em Kraemer (2004), pode-se entender que para uma organização passar a realmente trabalhar com gestão ambiental deve, inevitavelmente, passar por uma reformulação de cultura empresarial e por uma revisão de seus paradigmas. Neste aspecto, a gestão ambiental tem se configurado com uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

2.3. GESTÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

Com a expansão da consciência sobre o impacto das questões ambientais, observa-se que as IES, mais especificamente, buscam novos posicionamentos para fazer frente a tais demandas, conciliando crescimento econômico e preservação ambiental.

Nesta linha de raciocínio, a formação de profissionais capacitados torna-se prioridade dentro das organizações, no intuito de deflagrar uma nova mentalidade que proporcione mudanças, inclusive das próprias instituições formadoras de recursos humanos (ANDRADE; TACHIZAWA e CARVALHO, 2000).

Em 1996, a pesquisa Perfil e Habilidades do Administrador (PHAD), realizada pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), ouviu mais de 100 coordenadores de curso de Administração e identificou, entre as seis características que delinea o perfil do Administrador de acordo com o Exame Nacional de Cursos (ENC-98), as

questões relacionadas a internacionalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional como o terceiro conceito mais citado.

Por esta razão, os cursos de Administração, no nível de graduação, especialização, bem como de pós-graduação, podem levar em consideração em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e no seu processo ensino-aprendizagem, novas disciplinas na formação profissional do Administrador; entre elas a Gestão Ambiental, com o objetivo de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização (ANDRADE; TACHIZAWA e CARVALHO, 2000, p. 180).

Diante de tal citação, e em conformidade com as exigências propostas pelo mercado de trabalho no que se refere às habilidades de um administrador, percebe-se que os cursos de Administração devem adotar uma nova proposta de formação profissional e de ensino-aprendizagem para consolidação do perfil generalista/polivalente.

Assim, o tema abordado em caráter interdisciplinar dá subsídios necessários para parte da formação do perfil pretendido para o administrador. Conforme Follari (1995), a Interdisciplinaridade surgiu para superar as super especializações e a configuração de prática e teoria em ambientes separados, em que se observa que tal discussão tem base sobre uma crítica à organização social capitalista e divisão social do trabalho.

Contextualizando essas informações para a compreensão do tema, a interdisciplinaridade traz a possibilidade de abertura das caixas em que se encontram isoladas as disciplinas dos currículos escolares. Follari (1995) ainda se vale do conceito de organicidade para advogar que a interdisciplinaridade é um conceito comum, orgânico, entre as várias disciplinas. É nesse ambiente que há possibilidade de adaptação dos currículos em todos os níveis, a uma organização interdisciplinar.

Apesar das dificuldades para a aplicação de um trabalho sobre a ótica interdisciplinar dentro das instituições de ensino, tais aplicações merecem uma atenção especial, sendo adaptadas às particularidades de cada nível e curso, para que se possa ter um trabalho mais efetivo e satisfatório dentro das instituições de ensino.

Estudos nacionais, mais recentes, apresentam resultados que se assemelham aos evidenciados nesta pesquisa.

Dambrowski (2006) identificou a existência de disciplina na matriz curricular em apenas uma IES de Blumenau/SC, no curso de graduação em administração, sobre Gestão Ambiental. Neste estudo, o conhecimento dos formandos sobre o tema revelou-se como pequeno, mesmo considerando a importância do assunto na formação do administrador.

Dreher, Santos e Dambrowski (2006), procuraram avaliar a percepção dos formandos dos cursos de administração das instituições de ensino superior do município de Blumenau, com relação às problemáticas ambientais. Neste estudo, foi apurado que 59% dos respondentes afirmaram que os cursos de administração frequentados não abordaram, adequadamente, o tema ambiental e as questões voltadas a esta problemática. Os resultados demonstram que a maioria dos cursos estudados não possuía conteúdo teórico suficiente para embasar as práticas administrativas referentes à gestão ambiental em organizações.

Gallon, Mecca e Colauto (2006), por sua vez, de forma mais ampla, observaram as estratégias de responsabilidade social das instituições, com devida atenção às ações para a contribuição para inclusão social, desenvolvimento econômico, defesa do meio ambiente, preservação da memória cultural e produção artística.

Bonilla (2008), no que se refere à Educação Ambiental em contexto holístico como elemento básico na formação em administração, propôs a criação da disciplina Administração e Meio Ambiente.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada dentro do conceito de uma pesquisa exploratória, com método qualitativo.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) foi escolhida de forma intencional, não probabilística, de conveniência, para se constituir na população de estudo. Esta associação ACAFE congrega 15 IES, sendo, portanto, este estudo de caráter censitário, uma vez que considerou todas as IES na pesquisa.

A ACAFE, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 2 de maio de 1974, em Assembléia Geral dos dirigentes das fundações educacionais criadas no Estado de Santa Catarina por lei dos Poderes Públicos Estadual e Municipais, com o objetivo de congregar e integrar as entidades mantenedoras do ensino superior no Estado de Santa Catarina (ESTATUTO ACAFE, 2004). Tendo representatividade tradicional e reconhecida no estado catarinense, justifica-se a sua escolha pela importância que representa entre as demais IES do estado.

O período de realização da pesquisa foi de 04 de maio a 18 de junho de 2008, sendo que o corte temporal foi transversal, ou seja, no momento da coleta de dados.

Os dados foram coletados por meio de uma pauta ou roteiro, com questões abertas e fechadas, onde predominaram as questões abertas, por meio de entrevista.

Os coordenadores dos cursos de graduação em administração foram os sujeitos sociais respondentes da pesquisa, sendo que todos os 15 coordenadores responderam de forma a considerar os dados coletados, de maneira significativa.

Os dados coletados foram analisados considerando categorias de análise, amparadas nas expressões dos sujeitos sociais respondentes. Para tanto, primeiramente, nas questões abertas, estas foram categorizadas e transformadas em variáveis categóricas.

As questões fechadas de múltipla escolha consideraram uma ou mais respostas. As questões dicotômicas consideraram as explicações que acompanharam cada uma das respostas, ou seja, as explicações para Sim ou para Não. As questões de completude foram igualmente classificadas.

Os procedimentos de análise foram eminentemente descritivos, considerando contagem simples de frequências, uma vez que o método adotado na pesquisa foi qualitativo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados foram apresentados obedecendo à seqüência de questões constante do roteiro de entrevista.

A primeira questão refere-se à existência de disciplina específica na matriz curricular do curso de Administração, que contemple o tema Gestão Ambiental.

Os dados obtidos revelaram que oito (53,33%) das 15 (100%) IES inscritas no Sistema ACAFE possuem disciplina específica que contempla o tema Gestão Ambiental. Nestas instituições, a disciplina assume diversas nomenclaturas, tais como: Legislação Ambiental, Gestão Ambiental, Gestão Ambiental e Qualidade de Vida, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Ecologia e Meio Ambiente e Administração e Meio Ambiente.

Em cinco (33,33%) IES, o tema não é tratado em uma disciplina específica da área, mas sim em disciplinas que abordam assuntos contemporâneos em administração, sob a forma de Tópicos Especiais ou Tópicos Emergentes. Duas instituições (13,34%) não abordam o tema Gestão Ambiental em disciplinas.

Analisando ainda esta questão, percebe-se que das IES que possuem a disciplina específica para o tema Gestão Ambiental, 50% delas ainda tratam o assunto na promoção de eventos, palestras etc.

Sobre a formação dos professores, conforme legislação atual, os dados apontam que das 15 IES estudadas, uma IES apresenta cinco professores capacitados, as demais sete IES apresentam menos de três professores capacitados. A média apurada de professores capacitados por IES é igual a 1,20. Outras sete não possuem professores com formação, especialização ou capacitação voltada para a área de Gestão Ambiental, conforme sugerido pela Lei 9.795, Art. 11, parágrafo único.

Pode-se perceber ainda, por meio da análise das verbalizações dos coordenadores, que das oito IES que possuem uma disciplina específica para o tema Gestão Ambiental, duas delas não possuem professor com formação, especialização ou capacitação voltada para o tema. Das sete IES que não possuem disciplina específica, em três delas existem professores capacitados.

Foi perguntado aos coordenadores de curso de administração sobre a existência de projetos de pesquisas ou experimentações voltadas as questões ambientais. Também sobre a produção e divulgação de material educativo neste tema, por parte das IES. Diante destes questionamentos obtiveram-se os resultados a seguir:

Tabela 1. Produção de pesquisas e material educativo nas IES da ACAFE, 2008.

ATIVIDADES	SIM	NÃO
Desenvolvimento de estudos, pesquisas ou experimentos.	33,3%	66,7%
Produção e divulgação de material educativo pela IES	40,0%	60,0%

Fonte: dados da pesquisa

Embora haja uma aproximação nos dados informados, pôde ser observado pelas respostas dos coordenadores que 53,3% das IES desenvolvem de forma simultânea estudos, pesquisas e experimentos, e ainda produzem material educativo sobre as questões ambientais. As demais 46,7% das IES desenvolvem uma ou outra atividade mencionada acima.

Em seguida, buscou-se verificar a quantidade de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos nos últimos anos, que abordaram as questões ambientais, fazendo uma relação com a média de formandos por ano.

Vale ressaltar que em relação ao número de formandos por IES, uma instituição ainda não possui concluintes, visto que o curso de Administração é novo, e só terá formandos no segundo semestre de 2009. Já em relação às médias dos TCC's por IES alerta-se que, enquanto uma instituição apresentou dez TCC's contemplando o tema Gestão Ambiental, sete IES não apresentaram nenhum TCC sobre tal tema. Assim, a média de TCC's produzidos por IES/ano foi de 1,80%. A média de formandos por IES/ano foi de 96,33. A relação TCC/formando foi de 0,018.

Por último, foi questionado aos coordenadores de curso sobre a importância do tratamento do tema Gestão Ambiental, na formação do Administrador. A questão referida

apontou que 73,33% dos coordenadores de curso consideram o tema Gestão Ambiental muito importante na formação do Administrador, e 26,67% apontam como importante.

5. CONCLUSÃO

Pouco mais da metade das IES, ou seja, oito instituições pesquisadas oferecem disciplinas em Gestão Ambiental. Destas IES, quatro abordam o assunto também na forma de promoção de eventos, palestras etc.

A capacitação do docente para ministrar o tema, entretanto, ainda é carente. Uma IES tem se voltado para atender ao que define a legislação, enquanto as demais ainda não se voltaram, de maneira mais específica, para o assunto. Cinco IES não possuem professor capacitado para tal. Este fato implica, evidentemente, no desconhecimento do tema em si, e em dificuldades para trabalhar a interdisciplinaridade.

Esta falta de conhecimento do tema e da proposta interdisciplinar dificulta ainda o acesso à informação por parte do discente, comprovado no estudo de Dambrowski (2006). Os formandos em administração de uma IES de Blumenau, SC, possuíam pequeno ou pouco conhecimento sobre Gestão Ambiental, embora afirmassem ser este assunto considerado de importância para a formação do administrador, tendo em vista seu desempenho futuro em organizações sociais.

O desenvolvimento de estudos e pesquisas em Gestão Ambiental, sob a forma de TCC, também não se revelou promissor. Apenas uma IES se volta para o assunto de forma mais sistemática. As demais, ao que tudo indica, pela falta de disciplina específica, e de docente com formação no assunto, não estimula ou proporciona condições para que a Gestão Ambiental possa se constituir em tema de interesse para os discentes.

Neste estudo os resultados mostram que apenas 1,80% dos formandos se interessam pelos assuntos ambientais desenvolvendo o TCC nesta temática.

Acredita-se que o presente trabalho, pela importância que o assunto, deve ser continuado e ampliado para envolver questões que tenham os discentes e os docentes destas e de outras IES como foco de estudo. Também formados em administração devem se constituir em objeto de estudo, oportunizando estudar enfoques de Gestão Ambiental que se revelem como necessários no desempenho profissional. O método e as técnicas de pesquisa, da mesma forma, devem ser ampliados, buscando diversificar os procedimentos de investigação.

Entretanto, tomando como referência a revisão de literatura empreendida em estudos e pesquisas nacionais, notadamente os que se realizaram em IES de Santa Catarina, pela semelhança com a aqui realizada no que diz respeito às questões ambientais, esta se diferenciou dos demais estudos que procuram explicar o processo de gestão ambiental e a relação entre organizações e meio ambiente.

Embora as IES pesquisadas possuam coordenadores de curso que apontam as questões ambientais como tema relevante, considerando o mesmo importante ou muito importante, as ações efetivas no sentido da implementação do que define a legislação da Educação Ambiental, de que deve constar nos currículos de todos os níveis de ensino e em programas direcionados à comunidade universitária, como elemento permanente e essencial da educação nacional, conforme Política de Meio Ambiente, ainda não se verifica, completamente, no contexto de estudo das IES da ACAFE.

6. REFERÊNCIAS

ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. PHAD/96 - Perfil e Habilidades do Administrador. Pesquisa Nacional. São Paulo, dezembro de 1996.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

BONILLA, J. **Educação ambiental num contexto holístico como elemento básico na formação em Administração**: proposta de criação da disciplina "Administração e Meio ambiente". Disponível em: http://www.angrad.org.br/area_cientifica/artigos/&offset=13. Acesso em: 23 jul. 2008.

CAJAZEIRA, Jorge E. R. Uma reflexão sobre o futuro: gestão para a qualidade, gestão ambiental, gestão social. **Parceria em Qualidade**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 25/26, p. 29-32, 1998.

CASTELLO, Lineu. Percepção do ambiente educando educadores. In: **OLAM** Ciência e Tecnologia. Vol1. Rio Claro. Editora: Profa. Dra Solange T. de Lima Guimarães, 2001. Cd-Rom.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.44-50.

CONCEITOS DE AVALIAÇÃO, estudos e relatórios de impactos ambientais. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/diretrizes.html#impacto> . Acesso em: 06 maio 2008.

DALLACORTE, Ivani Cristina Butzke. Percepção e educação ambiental como meio para a participação comunitária e a prática da cidadania nos processos de gestão ambiental. **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau. v.5, n.2 e 3, 25-42, maio/dez. 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1993.

DREHER, M; SANTOS, T; DAMBROWSKI, A. Gestão e ambiente: a percepção dos formandos do ensino superior de administração de Blumenau, sobre as problemáticas ambientais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 6, 2006, Blumenau. **Anais...** Blumenau, FURB, 2006. 1 CD-ROM.

ESTATUTO DA ACAFE. Registrado sob o nº 008932, às fls. 241, Livro A-42, no dia 06/01/2004, no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas – Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.acafe.org.br/new/index.php?endereco=conteudo/institucional/estatuto.php>

FOLLARI, R. A. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: BIANCHETTI, L., JANTSCH, A. **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes. 1995.

GALLON, A; MECCA, M; COLAUTO, D. Ações sociais e ambientais estratégicas em Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema ACAFE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 6, 2006, Blumenau. **Anais...** Blumenau, FURB, 2006. 1 CD-ROM.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental**: um enfoque no desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php>. Acesso em 14 mai 2008.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOPES, Jorge et al. Uma abordagem do contexto educacional sob a ótica da gestão ambiental. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 5, 2005, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata, Un2005. 1 CD-ROM.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

PEREIRA, Graciane Regina. Percepção ambiental dos educadores da Bacia do Itajaí. **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau, v.9, n.1, 65-79, jan./jun. 2007.

SCHENINI, Pedro Carlos (Org.). **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: NUPEGEMA, 2005

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISSO 14001**: sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.